

A Rede Federal de Educação Profissional: mapeamento de características institucionais de uma rede heterogênea

The Federal Network of Professional Education: mapping institutional characteristics of a heterogeneous network

Recebido: 27/04/2024 | Revisado:
05/07/2025 | Aceito: 18/07/2025 |
Publicado: 15/06/2026

Hildo Ferreira de Almeida Junior
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9701-7723>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Acre
E-mail: hildomail@gmail.com

Maria Cristina Lobregat
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5399-8359>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Acre
E-mail: cristina.lobregat@ifac.edu.br

Josina Maria Pontes Ribeiro
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2782-6083>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Acre
E-mail: josina.ribeiro@ifac.edu.br

Como citar: JUNIOR, H. F. A; LOBREGAT, M. C; RIBEIRO, J.M.P. A Rede Federal de Educação Profissional: mapeamento de características institucionais de uma rede heterogênea. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-22 e17161, jun. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

Este artigo tem como objetivo mapear as principais características institucionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destacando sua diversidade, complexidade e as inconsistências nos dados divulgados por fontes oficiais. Um exemplo dessas divergências aparece no número de unidades escolares: são 647 segundo portarias ministeriais, 656 de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha e 689 no Portal de Dados Abertos do MEC. Além dessas diferenças, a análise aborda a oferta de cursos e o perfil dos profissionais que atuam na Rede, com foco no cenário nacional, na região Norte e no estado do Acre. A pesquisa é exploratória, com abordagem qualitativa, apresentando variáveis quantitativas, com base plataformas oficiais. Os resultados mostram a falta de uniformidade nos dados sobre a Rede, o que evidencia sua complexidade, o processo de expansão recente e a necessidade de estudos qualitativos que ajudem a compreender e preencher essas lacunas de informação.

Palavras-chave: Rede Federal; Educação Profissional e Tecnológica; Estrutura Operacional; Institucionalidade.

Abstract

This article aims to map the main institutional characteristics of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, highlighting its diversity, complexity and inconsistencies in the data released by official sources. An example of these discrepancies appears in the number of school units: there are 647 according to ministerial decrees, 656 according to the Nilo Peçanha Platform and 689 on the MEC Open Data Portal. In addition to these differences, the analysis addresses the offer of courses and the profile of professionals working in the Network, focusing on the national scenario, the North region and the state of Acre. The research is exploratory, with a qualitative approach, based on the collection and analysis of statistical data available on official platforms. The results show the lack of uniformity in the data about the Network, which highlights

its complexity, the recent expansion process and the need for qualitative studies that help understand and fill these information gaps.

Keywords: Federal Network; Professional and Technological Education; Operational Structure; Institutionalality.

1 INTRODUÇÃO

Os lugares de memória sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), também conhecida por Rede Federal, são definidos a partir do decreto de sua criação, pelas comemorações alusivas aos 100 anos, textos publicados em portais institucionais sobre ações de ensino pesquisa e extensão, documentos oficiais e publicações acadêmicas dentro e fora da rede (Silva, Barbosa, 2022). Todo esse conjunto de informações cristalizam um discurso hegemônico que simbolizam um lugar de memória como monumento, tornando necessária uma reflexão sobre a produção científica no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando o discurso oficial, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi constituída como um sistema que engloba diversas instituições públicas de ensino técnico e tecnológico, responsáveis por promover a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país.

De acordo com sua lei de criação, a Rede Federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é composta por cinco tipos de instituições de ensino: i) os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF); ii) a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); iii) os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET); iv) as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais; e v) o Colégio Pedro II. Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira.

Enquanto as escolas técnicas são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das Universidades Federais, dedicando-se à oferta de EPT em suas respectivas áreas de atuação, as demais instituições da Rede Federal possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) é formado apenas pelos Institutos Federais, os dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e o Colégio Pedro II, representados pelos dirigentes máximos de cada uma delas. Diante disso, a designação Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica exclui as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais nas publicações viabilizados pelo CONIF e instituições que o compõe a designação

A Rede Federal é capaz de atuar em diferentes modalidades de ensino, oferecendo educação superior, educação básica e educação profissional. Pacheco (2015), destaca que esta verticalidade atuando em todos os níveis do ensino e a capilaridade e a adequação aos arranjos produtivos, são elementos inovadores característicos da instituição da Rede Federal, representando um marco significativo na expansão, interiorização e diversificação da EPT no Brasil. Uma instituição capaz de oferecer ensino de qualidade, com ampla variedade de cursos, podendo proporcionar um impacto relevante na comunidade local e aproveitando ao máximo o potencial de cada região, valorizando seus aspectos mais destacados em termos de emprego, cultura e tecnologia.

Assim, o artigo se propõe a apresentar a institucionalidade da Rede Federal, enfatizando a diversidade e a singularidade de uma rede heterogênea, complexa e que se revela a partir de dados inconsistentes em plataformas oficiais. Ao destacar as inconsistências esse texto esclarece como se materializa, de forma sutil, uma compreensão estática da Política de Educação Profissional, envolvendo aspectos objetivos (dados históricos) e subjetivos (memória e identidade da Rede).

1.1 (RE)CONHECENDO A REDE FEDERAL

A criação dos IFs com a atribuição de atuar na ‘educação superior, básica e profissional’, conferiu às instituições, uma natureza única e inédita, pois é incomum no sistema educacional brasileiro conferir a uma única instituição a responsabilidade por atuar em mais de um nível de ensino.

Segundo Pacheco (2011), o Instituto Federal configura-se como uma nova instituição, alinhada ao projeto de sociedade em desenvolvimento no país. Essa configuração representa um avanço significativo em uma trajetória histórica centenária, marcada por um compromisso com uma proposta educacional progressista. Tal proposta compreende a educação como instrumento de transformação social, capaz de promover o enriquecimento dos saberes e dar maior sentido à experiência humana. Essa concepção, por sua natureza, contrapõe-se às visões conservadoras de sociedade, revelando-se, portanto, como “[...] uma estratégia de ação política voltada à transformação social” (Pacheco, 2011, p. 17).

De certa forma, a nova institucionalidade trouxe uma série de mudanças importantes na gestão e organização das instituições, permitindo que elas se tornassem mais autônomas, eficientes e inclusivas. Porém, a identidade institucional da Rede Federal, vem sendo moldada ao longo de mais de um século e resulta da complexa historicidade de todas as instituições que compõem a rede, distribuídas por todo o Brasil e inseridas em diferentes contextos sociais e regionais. Além disso, a nova institucionalidade é caracterizada pela habilitação dessas instituições em ofertar diversos níveis e modalidades de ensino e pela verticalização. Ademais, assemelha-se às universidades federais, que contam com uma estrutura administrativa organizada em torno de uma unidade central, a reitoria, que é auxiliada por pró-reitorias, na função de órgão assessor incumbido de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua área de atuação (Nery; Ribeiro, 2021).

Esta nova institucionalidade permitiu as condições necessárias para a implementação de uma gestão democrática e participativa, que favorecesse uma maior autonomia para a tomada de decisões e gestão de recursos nas instituições de ensino. A gestão participativa, representada pelos Conselhos Superiores compostos por diversos setores da comunidade acadêmica e da sociedade, é destacada como fundamental. Além disso, os IFs surgem como novas unidades, associadas a outras que resultam da integração e/ou transformação de instituições mais antigas. Essa nova abordagem busca ampliar as esferas de atuação, tornando os institutos multidisciplinares, com uma lógica pedagógica que se propõe inovadora para oferecer ensino técnico profissionalizante em diferentes níveis educacionais. A integração entre ensino, pesquisa e extensão é ressaltada como essencial para a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento tecnológico e científico do país (Pacheco, 2011; Frigotto, 2018).

Os IFs se distinguem das universidades, mas essa distinção não implica em hierarquia, pois ambos desempenham papéis igualmente relevantes no cenário acadêmico. Os IFs representam uma institucionalidade única, com uma missão específica na sociedade brasileira. Embora compartilhem algumas características com as universidades, devem possuir uma identidade própria, fundamentada no compromisso da Rede Federal com as políticas públicas em uma região específica, visando impulsionar o desenvolvimento local e aprimorar a qualidade de vida da sua população (Pacheco, 2015).

No entanto, a criação dos IFs ocorreu sem uma discussão profunda nas instâncias governamentais, deixando diversos aspectos em aberto para as instituições resolverem. Esse cenário foi resultado da falta de diálogo efetivo com os servidores das instituições anteriores e da ausência de uma formação adequada para os novos colaboradores. O processo foi marcado por debates apressados e uma centralização excessiva das decisões, sobrecarregando as novas instituições despreparadas. Além disso, a promoção de uma cultura democrática, um dos objetivos dos IFs, parece ter sido negligenciada durante a implementação. No entanto, ao analisar a evolução das políticas públicas de EPT ao longo da história, destacam-se duas mudanças significativas: um notável aumento na oferta de vagas nessa modalidade educacional e uma transformação substancial nos objetivos das políticas, agora voltadas para a construção da cidadania e a busca por uma transformação social. (Marinho; Oliveira, 2019).

Efetivamente, a Rede Federal configura uma amálgama heterogênea de histórias, culturas e institucionalidades extremamente diversas, constituindo-se como um marco nas políticas públicas relacionadas à formação profissional, técnica e tecnológica no Brasil. A preservação da memória institucional dessa rede pode desempenhar um papel crucial na validação da eficácia de seus programas de formação, o que pode consolidar sua reputação e reconhecimento institucional, bem como contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, formação profissional e desenvolvimento tecnológico do país.

A visibilidade de boas práticas e processos bem-sucedidos do passado pela Rede Federal são fundamentais para valorizar suas histórias e tradições, equilibrando a convivência de instituições diversas em uma institucionalidade mais alinhada e homogênea. A diversidade, longe de ser um desafio, deve ser aproveitada como base

para o desenvolvimento de novas estratégias e abordagens, visando um ensino de qualidade voltado para a Educação Profissional.

No tocante à memória da Rede Federal, inspirando-se em Frigotto (2018), é essencial reunir as memórias de longa, média e curta duração para compor e disseminar a história de uma rede que abraça memórias de diferentes períodos. Mais que isso, é imperativo preservar as narrativas das pessoas que contribuíram e continuam a contribuir para a diversidade da Rede Federal.

Frigotto (2018) destaca que a Lei nº 11.892 incorpora em sua estrutura uma memória histórica de longo alcance. Os Institutos Federais, em sua constituição institucional, carregam simultaneamente memórias de diferentes períodos: centenárias, como as que remetem à criação da Rede Federal em 1909 com as Escolas de Aprendizes Artífices; de médio prazo, referentes à transição das antigas escolas técnicas em CEFETs e à criação da Universidade Tecnológica; e de curta duração, ligadas à recente transformação dessas instituições em IFs e à rápida expansão da Rede. Essa sobreposição de tempos históricos, embora traga potenciais educativos relacionados à experiência e à sedimentação histórica, também apresenta desafios, especialmente no que diz respeito à integração de culturas institucionais distintas e à construção de uma nova identidade institucional.

Nesse contexto, o artigo apresenta uma análise dessa diversidade na Rede Federal, aprofundando a reflexão sobre sua institucionalidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que visa examinar dados e explorar características relacionadas à estrutura operacional e ao perfil da oferta de cursos, especialmente técnicos e superiores. Os resultados deste estudo justificam a importância da preservação da memória institucional da Rede Federal, destacando sua diversidade e relevância para a educação nacional.

2 METODOLOGIA

Este artigo integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculada à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. Trata-se de uma investigação bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, exploratória e fundamentada no materialismo histórico-dialético por interpretar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT como um processo de disputas políticas, historicamente, constituídas. No mesmo caminho, o método nos encaminha ao destaque de contradições existentes na RFEPT e os embates permanentes entre projetos educacionais vinculados a interesses de classe e as concepções de sociedade constituída em prol dos trabalhadores.

Temos uma realidade da Rede Federal que reflete o movimento dialético de coexistência entre elementos de conservação e de transformação. Isso se dá porque enquanto a Rede Federal se apresenta como um caminho para a construção da cidadania e para a emancipação social (Pacheco, 2011), as práticas institucionais podem, por vezes, reproduzir formas de exclusão e de subordinação, em função das

condições objetivas em que se materializam as políticas públicas de educação (Frigotto, 2018).

A abordagem da pesquisa foi estruturada em três etapas: (i) revisão bibliográfica; (ii) levantamento e tratamento de variáveis quantitativas; e (iii) análise e apresentação dos resultados. Na primeira etapa, houve o aprofundamento e a compreensão sobre a constituição histórica, política e social da Rede Federal, a partir de uma revisão bibliográfica em obras de referência, artigos científicos, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica foi realizada em repositórios digitais, através da plataforma Scopus, utilizando os descritores “Rede Federal”, “Instituto Federal” e “Institucionalidade”. A leitura e análise interpretativa desses materiais não se limitaram à descrição dos fatos, mas procuraram identificar contradições estruturais, disputas de projetos educacionais e mudanças nas formas institucionais da Rede, elementos centrais para uma análise orientada pelo referencial dialético.

Na segunda etapa, referente ao levantamento e tratamento de variáveis quantitativas, foram consultadas fontes oficiais do Governo Federal, como a Plataforma Nilo Peçanha e o Portal de Dados Abertos do MEC. Os dados foram baixados em formatos processáveis e organizados com o auxílio do Microsoft Excel, por meio de filtros, fórmulas e tabelas dinâmicas. A sistematização dessas informações considerou a distribuição territorial da Rede, a oferta de cursos técnicos e superiores e a composição dos quadros funcionais. A análise aqui não se limitou à quantificação, mas procurou identificar incoerências entre os dados oficiais, refletindo as contradições próprias de um processo histórico de expansão acelerada, marcado por diferentes gestões governamentais, disputas por concepções de educação profissional e tensões entre modelos tecnocráticos e emancipatórios.

Por fim, a terceira etapa consistiu na análise crítica e interpretação dos dados à luz do materialismo histórico-dialético. Partiu-se do princípio de que a Rede Federal não é um sistema homogêneo e estático, mas sim uma construção histórica em constante disputa, atravessada por conflitos ideológicos, transformações institucionais e condições materiais desiguais entre regiões. A apresentação dos resultados busca evidenciar essa complexidade, problematizando os dados encontrados e ressaltando o papel da Rede na formação de sujeitos históricos, na produção de conhecimentos e na construção de um projeto de educação voltado à transformação social. Dessa forma, a análise valoriza tanto os avanços quanto as contradições que caracterizam a institucionalidade da Rede Federal no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender a Rede Federal exige mais do que uma simples descrição de sua estrutura atual; é necessário analisá-la como resultado de um processo histórico marcado por transformações institucionais e disputas de projeto. Por isso, este estudo propõe uma leitura em três níveis: nacional, regional (com foco nos sete estados da região Norte) e estadual (Acre), considerando não apenas a distribuição física de suas unidades, mas os sentidos e contradições subjacentes à sua configuração.

Atualmente, de acordo com dados do MEC (2018) e do Ministério da Economia (2022), a Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais. Esse conjunto institucional alcança 661 unidades educacionais em todos os estados brasileiros, evidenciando uma capilaridade nacional significativa.

Apesar de sua ampla distribuição territorial – presente em 587 municípios, segundo o CONIF (2022) – a Rede convive com uma profunda heterogeneidade em termos de infraestrutura, número de unidades por estado e capacidade de atendimento. A presença de mais de 80 mil servidores, entre docentes e técnicos-administrativos, reflete a robustez do sistema, mas também levanta questões sobre sua gestão, financiamento e coerência organizacional frente às desigualdades regionais.

Entretanto, compreender essa estrutura atual requer um olhar atento ao seu percurso histórico. A Rede Federal, embora formalmente instituída como tal em 2008, possui uma trajetória centenária, marcada por transformações institucionais que dialogam com os projetos políticos em disputa ao longo da história do país. Ao completar 114 anos em 2023, a Rede carrega em sua composição marcas de diferentes fases do desenvolvimento educacional brasileiro, iniciando com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha.

Ao longo do século XX, a trajetória da Rede refletiu as contradições do modelo de desenvolvimento nacional. As mudanças de nomenclatura – de Liceus Industriais a Escolas Técnicas Federais, Colégios Agrícolas e CEFETs – não foram apenas adaptações terminológicas, mas expressaram disputas sobre os sentidos da educação profissional: se ela deveria atender às demandas do capital industrial emergente ou se poderia constituir-se como projeto emancipatório. A criação da Universidade Tecnológica Federal em 2005 e a posterior institucionalização dos Institutos Federais, em 2008, consolidam uma tentativa de síntese entre formação técnica, científica e humanística. No entanto, esse processo de consolidação não eliminou as tensões internas, especialmente diante de políticas educacionais ora expansionistas, ora restritivas.

Portanto, mais do que uma narrativa linear de crescimento, a história da Rede revela um processo dialético de avanços e recuos, onde a institucionalidade é continuamente ressignificada diante das condições políticas, econômicas e sociais. O reconhecimento dessas transformações é fundamental para compreender a complexidade da atual estrutura da Rede Federal e os desafios que ainda persistem, como a garantia de equidade na distribuição de recursos, a valorização dos profissionais da educação e a afirmação de um projeto educacional comprometido com a transformação social.

A formalização da Rede Federal, em 2008, consolidou um processo histórico de unificação e reorganização de instituições que, embora já compartilhassem finalidades similares, possuíam trajetórias e culturas institucionais distintas. A nova configuração institucional reuniu a UTFPR, os CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Colégio Pedro II, 24 escolas técnicas vinculadas a universidades federais e

os 38 Institutos Federais recém-criados, totalizando inicialmente 66 instituições e cerca de 180 unidades educacionais. Esse arranjo, fruto da lei de criação dos institutos federais, simboliza uma tentativa do Estado de racionalizar e ampliar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, mas também evidencia a complexidade e heterogeneidade da base sobre a qual a Rede foi constituída.

No caso das escolas técnicas vinculadas às universidades federais, por exemplo, embora 32 tenham participado do processo, apenas 24 permaneceram como instituições autônomas na Rede, enquanto outras oito foram integradas como campi aos novos IFs. Esse movimento revela uma tensão constante entre a preservação da identidade institucional e a integração a um novo modelo centralizado. Um caso ilustrativo é o da UTFPR, cuja origem remonta às Escolas de Aprendizes Artífices criadas em 1909. Sua evolução institucional – passando por Escola Técnica, CEFET e, em 2005, transformando-se na primeira universidade tecnológica do país – demonstra como certas instituições conseguiram manter certa autonomia e singularidade mesmo diante das diretrizes de unificação.

A criação dos 38 Institutos Federais representou a fusão de 101 instituições anteriores. Quinze foram oriundos da transformação direta de quatro Escolas Técnicas Federais e onze CEFETs; os demais 23 resultaram da integração de múltiplas instituições, como escolas técnicas, escolas agrotécnicas e outros CEFETs. Essa complexa costura institucional trouxe consigo não apenas o desafio administrativo de fusão de estruturas físicas e de pessoal, mas também o embate entre diferentes concepções pedagógicas e gestões culturais diversas. Nesse sentido, a expansão quantitativa da Rede Federal, celebrada como avanço, também carrega contradições quanto à sua organicidade e coerência interna.

Em 2009, por meio da Portaria SETEC nº 129, de 5 de maio de 2009 (Brasil, 2009), as unidades educacionais da Rede passaram a ser denominadas como Campi ou Núcleos Avançados. Naquele mesmo ano, com o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal, mais 102 unidades foram incorporadas, elevando o total para 354 unidades em 2010. Esse crescimento, embora respondesse à demanda por interiorização e democratização do acesso à EPT, também impôs desafios significativos de infraestrutura, recursos humanos e padronização institucional. A integração do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (UFPEL) ao IFSul, ainda em 2010, exemplifica o movimento contínuo de absorção de escolas por Institutos Federais, diminuindo para 65 o número de instituições da Rede.

Em 2013, a Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 (Brasil, 2013) redefiniu as nomenclaturas institucionais – Campus, Campus Avançado, Polo de Inovação, Polo de EaD e Centros de Referência – como tentativa de dar conta da diversidade de finalidades e arranjos físicos das unidades. No entanto, a multiplicação dessas categorias também reflete a tentativa de ajustar a expansão acelerada à ausência de um modelo único e bem consolidado de EPT, evidenciando as dificuldades em compatibilizar crescimento com identidade institucional.

O processo continuou em 2014, com a integração do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen ao IFFarroupilha, reduzindo novamente o número de instituições para 64. Já em 2016, a Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016 (Brasil, 2016a), que tratava do dimensionamento de cargos e funções, listou 652 unidades,

embora parte dessas fossem reitorias e diretorias. Desconsiderando essas estruturas administrativas, contabilizaram-se 611 unidades escolares, distribuídas em 532 Campi e 74 Campi Avançados.

A Portaria MEC nº 378, de 9 de maio de 2016 (Brasil, 2016b), também de 2016, atualizou esse número para 644 unidades escolares, ao considerar as 22 Escolas Técnicas vinculadas às universidades, as 11 unidades da UTFPR, os dois CEFETs, o Colégio Pedro II e os campi dos Institutos Federais. Esse quadro revela não apenas a amplitude da Rede, mas também a instabilidade na consolidação de dados oficiais, o que compromete a clareza sobre sua real estrutura e levanta questionamentos sobre a gestão das informações institucionais.

O uso de diferentes nomenclaturas para unidades semelhantes – como Campus, Núcleo Avançado, Centro de Referência – reflete não apenas uma tentativa de organização administrativa, mas também uma dificuldade do Estado em consolidar uma rede com identidade comum. Essa complexidade foi parcialmente enfrentada pela Portaria MEC nº 393, de 10 de maio de 2016, (Brasil, 2016c), que extinguiu os Núcleos Avançados e os equiparou aos Centros de Referência. Já a Portaria nº 400, de 10 de maio de 2016 (Brasil, 2016d), definiu parâmetros para o funcionamento do SISTEC, buscando melhorar o registro e a integridade dos dados da EPT.

Ainda que essas medidas tenham buscado padronizar e regular a Rede Federal, permanece evidente uma tensão entre a intenção de uniformidade e a realidade histórica, política e pedagógica diversa de suas instituições. A análise da expansão da Rede, sob a ótica dialética, revela não apenas crescimento, mas um campo em disputa – entre autonomia e padronização, entre inovação e herança histórica, entre política pública e burocracia – que continua moldando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

Um dos desafios centrais na análise da Rede Federal tem sido a carência de dados consistentes sobre a oferta da educação profissional nas instituições federais. Como observa Costa (2018), essa ausência compromete o entendimento real do cenário, pois não basta apresentar números gerais de matrículas e concluintes – é necessário acompanhar criticamente os programas implantados, muitos dos quais foram desenvolvidos sem uma base estatística sólida que os sustentasse.

Nesse contexto, a SETEC/MEC iniciou, em 2017, o desenvolvimento de um sistema próprio para coleta, tratamento e divulgação de dados da Rede Federal. O resultado foi a criação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), formalizada pela Portaria SETEC/MEC nº 01, de 03 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018). A PNP tem como objetivo fornecer indicadores que subsidiam o monitoramento da Rede e orientam decisões administrativas, tanto internas quanto dos órgãos de controle externo.

Simultaneamente à plataforma, foi instituída a REVALIDE (Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal), estrutura colaborativa que reúne servidores desde o nível das unidades escolares (setores de registro acadêmico) até os Pesquisadores Institucionais, Diretores e Reitores. Essa rede garante a integridade dos dados lançados, consolidando a produção estatística educacional da Rede Federal. A REVALIDE é coordenada pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal (DDR/SETEC), que assegura os aspectos técnicos, físicos e de suporte para o pleno funcionamento da plataforma. Além disso,

CONIF e CONDETUF participam como órgãos consultivos e técnicos, atuando na validação e no aperfeiçoamento anual dos dados apresentados pela PNP.

A importância da padronização dos dados e da estrutura organizacional foi reafirmada em 2021, com a publicação da Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021 (Brasil, 2021) que revogou normativas anteriores (Portarias nº 1.291/2013 e nº 246/2016), redefinindo a organização e a expansão dos IFs, além de atualizar o modelo de cargos e funções. No Anexo II da nova portaria, constava a existência de 665 unidades, das quais 41 se referem a Reitorias e Diretorias, resultando em 624 unidades escolares efetivas.

Contudo, essa contabilização ainda apresenta limites importantes. A Portaria nº 713 considera apenas os IFs, desconsiderando a UTFPR, que opera com 13 unidades, e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, que, conforme dados do CONDETUF, somam 23 instituições – uma a mais do que a contabilizada pelo MEC. Essa diferença decorre da inclusão do Teatro Universitário da UFMG, fundado na década de 1950, mas que não aparecia nos levantamentos anteriores.

Considerando esses ajustes, a estimativa mais realista para 2021 aponta que a estrutura da Rede Federal compreendia 660 unidades escolares, distribuídas entre 65 instituições distintas. Essa estrutura inclui 443 Campi, 119 Campi Agrícolas, 75 Campi Avançados e 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, com presença nos 26 estados e no Distrito Federal. A complexidade dessa composição reflete tanto o esforço de ampliação da oferta quanto os desafios contínuos de integração, padronização e gestão da informação em uma rede historicamente heterogênea e em constante transformação.

Na sequência, o detalhamento da distribuição das unidades escolares da Rede Federal por região geográfica do país:

Tabela 1: Distribuição de Unidades Escolares da Rede Federal por região.

Instituições de Ensino (*)	Tipo de Unidade	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (38)	Campus	40	153	40	94	72
	Campus Agrícola	22	37	17	22	21
	Campus Avançado	10	20	8	25	12
Colégio Pedro II	Campus	-	-	-	14	-
CEFETs (2)	Campus (UNED)	-	-	-	17	-
UTFPR	Campus	-	-	-	-	13

Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (23)	Escola Técnicas	3	12	-	6	2
--	-----------------	---	----	---	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Dando continuidade à análise, o estudo avança para o exame comparativo das informações extraídas da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e do Portal de Dados Abertos do MEC (PDA-MEC), com o objetivo de compreender como a estrutura da Rede Federal está configurada, além de observar aspectos relacionados à oferta de cursos e à composição funcional das instituições.

A PNP, ao permitir o uso de filtros e seleções, disponibiliza dados referentes ao período de 2017 a 2022, incluindo a quantidade de instituições e unidades de ensino. Em 2017, por exemplo, apresenta a existência de 643 unidades escolares distribuídas entre 64 instituições. Esse número considera as 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, mas desconsidera a UTFPR, o que gera distorções já observadas anteriormente.

Para 2021, a plataforma indica 656 unidades. No entanto, além de manter a exclusão da UTFPR, incorpora oito Centros de Referência – estruturas que, por definição legal, não se configuram como unidades escolares autônomas. Ao incluir corretamente as 13 unidades da UTFPR e excluir os Centros de Referência, projeta-se que a Rede Federal, nesse ano, estaria composta por 669 unidades escolares efetivas.

Ao comparar esses dados com os extraídos do PDA-MEC, surgem divergências ainda mais expressivas. O portal disponibiliza dados organizados em conjuntos acessíveis ao público, permitindo consultas específicas para fins de pesquisa. No conjunto de dados da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio do arquivo “Regulação Escolas”, identifica-se um total de 18.403 unidades de ensino cadastradas no SISTEC como ofertantes de EPT no Brasil. A maior parte dessas unidades pertence à rede privada (57,5%), seguida pela rede pública (34,2%) e pelo Sistema S (8,3%). Essas unidades estão distribuídas por 2.951 municípios, com maior concentração no Sudeste (46,7%) e a menor na região Norte (7,5%), onde há 1.381 unidades – com destaque para o Pará (565) e Tocantins (334), enquanto Acre, Amapá e Roraima aparecem com números significativamente inferiores.

Ao aplicar os filtros de “Sistema de Ensino” e “Dependência Administrativa” para isolar as unidades pertencentes à Rede Federal, o total é reduzido para 828 registros. Contudo, essa relação ainda contém 18 instituições que não integram a Rede, como o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Benjamin Constant, além de algumas universidades federais que oferecem EPT, mas não fazem parte da estrutura federativa da rede. Excluindo esses casos, chega-se a 810 unidades escolares da Rede Federal, presentes em 706 municípios brasileiros.

A partir dessa amostra, verifica-se que a rede é composta por 65 instituições, número coerente com os dados já analisados. Entretanto, a quantidade de unidades

escolares cadastradas no SISTEC é significativamente superior às demais fontes, exigindo uma análise mais atenta. No caso do Colégio Pedro II e dos CEFETs (MG e RJ), os dados se mantêm estáveis, com 14 e 17 unidades, respectivamente. Já a UTFPR aparece com 11 campi, embora haja uma duplicação de cadastro (Campus Toledo) e ausência de três unidades: Francisco Beltrão, Guarapuava e Santa Helena.

A maior distorção, contudo, está nos registros dos IFs, nos quais 119 Centros de Referência são indevidamente contabilizados como unidades escolares. Conforme a legislação vigente, esses centros não possuem autonomia administrativa e estão vinculados diretamente às Reitorias, com a função de executar ações pontuais, sobretudo por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Seis deles são destinados exclusivamente à oferta na modalidade EAD, enquanto os demais atuam como estruturas de apoio temporário à expansão da EPT.

Com a devida filtragem e correção, conclui-se que a Rede Federal é composta por 65 instituições e 689 unidades escolares efetivas, com cobertura nacional. Esses números, embora diferentes entre as plataformas consultadas, refletem não apenas divergências metodológicas de contabilização, mas, sobretudo, a complexidade administrativa e informacional que marca a institucionalidade da Rede Federal.

Finalizando esta etapa da análise, apresenta-se a seguir o panorama quantitativo da estrutura operacional da Rede Federal conforme as diferentes fontes de consulta utilizadas neste estudo.

Tabela 2: Estrutura operacional da Rede Federal, organizado por fonte de consulta

Instituições de Ensino	Levantamento a partir das Portarias	Plataforma Nilo Peçanha	Portal de Dados Abertos do MEC
Institutos Federais	594	602	624
Colégio Pedro II	14	14	14
CEFETs	17	17	17
UTFPR	0	0	11
Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais	22	23	23
Total Geral	647	656	689

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos até aqui evidenciam a complexidade e os desafios envolvidos na organização de um sistema educacional tão amplo e heterogêneo quanto a Rede Federal. A comparação entre diferentes bases de dados revelou divergências significativas na contabilização das unidades escolares, evidenciando que, mesmo no âmbito da própria Rede, ainda há lacunas no entendimento e na aplicação das nomenclaturas, classificações e características das estruturas institucionais.

Como resultado final desta etapa do estudo, o cruzamento das informações extraídas das bases da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e do Portal de Dados Abertos do MEC (PDA-MEC), complementado com consultas aos portais oficiais das instituições, permitiu projetar com maior precisão a atual estrutura operacional da Rede Federal. Constatou-se que ela é composta por 65 instituições de Educação Profissional e Tecnológica, sendo 38 Institutos Federais, o Colégio Pedro II, o CEFET-MG, o CEFET-RJ – totalizando 41 instituições consideradas como IFs –, além das 23 Escolas Técnicas vinculadas a universidades federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A Rede está presente em todos os estados brasileiros, com os IFs distribuídos em 549 municípios. No Rio de Janeiro, a presença é ampliada com o Colégio Pedro II e o CEFET-RJ, enquanto o Paraná é atendido exclusivamente pela UTFPR. Minas Gerais se destaca como o estado com maior número de instituições da Rede Federal, somando 11 – incluindo cinco IFs, o CEFET-MG e cinco Escolas Técnicas vinculadas a universidades federais.

Em termos de unidades escolares, a Rede Federal conta com 664 unidades ativas. Dentre elas, 597 estão vinculadas aos IFs, sendo 398 Campus, 119 Campus Agrícolas e 80 Campus Avançados. O Colégio Pedro II contribui com 14 unidades, enquanto os CEFETs somam 17 (oito do CEFET-RJ e nove do CEFET-MG, como Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs). A UTFPR, por sua vez, mantém 13 campi no estado do Paraná, e as escolas técnicas universitárias somam 23 unidades, com diferentes denominações como escolas, colégios e centros.

Na análise regional, observa-se que 35,4% das instituições da Rede Federal estão localizadas no Nordeste, seguido pelo Sudeste (27,7%), Norte (15,4%), Sul (13,8%) e Centro-Oeste (7,7%). Quanto à distribuição das unidades escolares, os percentuais são semelhantes: Nordeste (33,7%), Sudeste (27,7%), Sul (18,2%), Norte (11,4%) e Centro-Oeste (9%). Esses números refletem a intencionalidade da política pública em priorizar regiões mais vulneráveis: segundo o IBGE (2020), o Nordeste concentra 47,9% da pobreza nacional, seguido do Norte (26,1%). Além disso, o Nordeste tem a segunda maior concentração populacional, conforme a FECOP (2020).

No Norte do Brasil, a Rede é formada principalmente pelos Institutos Federais, com um IF presente em cada estado. Há ainda três escolas técnicas vinculadas a universidades: a Escola Agrotécnica da UFRR, a Escola de Música e a Escola de Teatro e Dança, ambas da UFPA. Ao todo, a região reúne 75 unidades de ensino, distribuídas por 66 municípios.

O estado do Acre é representado pelo Instituto Federal do Acre (IFAC), que possui seis unidades de ensino: duas em Rio Branco (incluindo o Campus Avançado Baixada do Sol) e quatro no interior – Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri, com destaque para o Campus Agrícola na cidade de Cruzeiro do Sul.

Com a estrutura organizacional da Rede Federal delineada, a pesquisa avança agora para a análise da oferta de cursos nas instituições que a compõem. Essa etapa será estruturada em duas partes: a primeira voltada à oferta de Cursos Técnicos e a segunda ao Ensino Superior, com base nas informações disponibilizadas pela PNP e pelo PDA-MEC.

Para compreender como está estruturada a oferta de cursos na Rede Federal, a análise foi organizada em dois momentos: o primeiro dedicado à oferta de Cursos Técnicos, e o segundo voltado ao Ensino Superior. Em ambos os casos, foram utilizadas as informações disponíveis nas bases de dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e do Portal de Dados Abertos do MEC (PDA-MEC).

No que diz respeito aos Cursos Técnicos, a análise no PDA-MEC baseou-se nas tabelas “Relação de Cursos Técnicos Ofertados – 2022” e “Relação das Unidades de Ensino que ofertam cursos técnicos – 2022”. Já na PNP, os dados foram extraídos da tabela “Dados Acadêmicos – Curso, Matrícula e Oferta”.

A base do PDA-MEC abrange mais de 51 mil registros, que contemplam a totalidade da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Após a aplicação de filtros específicos pelo ‘Código da Unidade de Ensino’, chegou-se a um total de 5.891 registros exclusivos da Rede Federal. Esses registros representam a diversidade da oferta, considerando variáveis como o município de execução, a instituição e unidade ofertante, a carga horária e a modalidade (presencial ou EAD). Essa riqueza de detalhes permite identificar que a Rede Federal oferece 193 títulos de cursos técnicos distintos, abrangendo todos os 13 eixos tecnológicos, inclusive o eixo Militar, com dois cursos específicos: Técnico em Equipamento de Engenharia (IFMG) e Técnico em Mecânica de Aeronaves (Colégio Técnico da UFMG).

Entre os cursos mais abrangentes, quatro títulos são ofertados em todos os 27 estados brasileiros: Técnico em Informática, Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Edificações. Esses cursos figuram também entre os dez mais ofertados da Rede Federal, ao lado de Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Logística. Além disso, 35 títulos de cursos técnicos são exclusivos de uma única unidade de ensino.

Na região Norte, os dados do PDA-MEC indicam 831 registros de cursos técnicos vinculados à Rede Federal, referentes a 90 títulos distintos, ofertados em 75 unidades escolares, com presença nos sete estados da região. Desses registros, 321 são de cursos ofertados na modalidade EAD.

Por sua vez, a Plataforma Nilo Peçanha apresenta uma base com mais de 7.700 registros, abrangendo todas as modalidades de cursos da Rede Federal (FIC, técnicos e ensino superior). Para os cursos técnicos, a tabela “Dados Acadêmicos – Curso, Matrícula e Oferta” apresenta 3.485 registros, organizados segundo diferentes categorias, como o tipo de oferta (concomitante, integrado ou subsequente) e o turno de execução (matutino, vespertino, noturno ou integral). Esse total inclui ainda nove cursos de Especialização Técnica de Nível Médio.

A análise detalhada dos dados da PNP indica que a Rede Federal oferece 158 títulos de cursos técnicos distintos, igualmente distribuídos entre os 13 eixos tecnológicos. Dentre esses, os quatro cursos com presença nacional são os mesmos já destacados na análise do PDA-MEC. Completam o grupo dos dez cursos mais ofertados os títulos: Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Mecânica, Técnico em Química, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico

em Eletrônica. Além disso, a PNP aponta 26 cursos técnicos exclusivos de uma única unidade de ensino.

Na região Norte, a PNP contabiliza 489 registros de cursos técnicos, correspondentes a 75 títulos distintos ofertados por instituições da Rede Federal. Destes, 27 registros referem-se à modalidade EAD.

As divergências entre os dados das duas fontes decorrem, principalmente, da forma como os dados são tratados. A PNP realiza um trabalho prévio de validação e depuração das informações, excluindo inconsistências e organizando os dados com o apoio técnico de um colegiado composto por representantes do CONIF e do CONDETUF, sob a coordenação da SETEC/MEC. Já o PDA-MEC fornece uma extração direta dos dados brutos inseridos em sistemas como o SISTEC, sem qualquer tipo de tratamento analítico.

No recorte estadual, a análise da oferta de cursos técnicos no Acre, por meio do Instituto Federal do Acre (IFAC), revela os seguintes cenários: segundo o PDA-MEC, o estado possui 52 registros, correspondentes a 27 títulos de cursos técnicos distintos. Já a PNP apresenta 37 registros, relativos a 20 títulos distintos. A diferença entre as duas bases refere-se à ausência, na PNP, dos cursos de Técnico em Aquicultura, Controle Ambiental, Cooperativismo, Desenho de Construção Civil, Manutenção e Suporte em Informática, Química e Reciclagem, que, embora registrados no PDA-MEC, não foram validados ou incluídos pela PNP.

No que se refere à oferta de Ensino Superior na Rede Federal, os dados iniciais foram extraídos do conjunto “Indicadores sobre Ensino Superior” do PDA-MEC. Nessa base, identificam-se registros de apenas 42 instituições da Rede Federal, uma vez que as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais têm seus cursos cadastrados sob a estrutura das respectivas universidades, não aparecendo de forma independente.

A base contabiliza um total de 902.676 registros de cursos de Graduação, dos quais 3.103 são exclusivos das instituições da Rede Federal. Dentro desse universo, 337 cursos estão extintos e 197 encontram-se em processo de extinção, resultando em 2.596 cursos ativos até o momento da coleta, abrangendo também as escolas técnicas vinculadas às universidades.

Desses cursos em atividade, 792 são de Bacharelado, 1.021 de Licenciatura, 775 de Tecnologia e oito de Área Básica de Ingresso (ABI). Em relação à modalidade, 2.027 cursos são ofertados presencialmente, enquanto 596 estão disponíveis na modalidade EAD. Os cursos estão organizados em 227 títulos distintos. Dentre os cursos de Bacharelado, os mais recorrentes são Administração, Agronomia, e as Engenharias Civil, Elétrica e Mecânica. Na modalidade Tecnológica, destacam-se Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas para Internet, Gestão Ambiental, Tecnologia de Alimentos e Processos Gerenciais. Já nas Licenciaturas, prevalecem Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas e Pedagogia.

Ao considerar especificamente a região Norte, observam-se 282 registros de cursos superiores distribuídos em 74 títulos distintos. Desse total, são 58 cursos de Bacharelado, 115 de Licenciatura e 109 de Tecnologia, sendo 217 presenciais e 65 ofertados na modalidade EAD. Dentre os cursos mais recorrentes estão as

Licenciaturas em Matemática e Ciências Biológicas, bem como os cursos tecnológicos em Segurança Pública e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em relação aos Bacharelados, destacam-se Agronomia e Engenharia Civil.

Na Plataforma Nilo Peçanha, os dados sobre o Ensino Superior foram extraídos da mesma tabela utilizada anteriormente – “Dados Acadêmicos – Curso, Matrícula e Oferta” –, agora com recorte específico para essa modalidade. A base apresenta 1.768 registros de cursos superiores, distribuídos em 149 títulos distintos, sendo 606 registros de Bacharelado, 526 de Licenciaturas e 636 de cursos Tecnológicos. A incidência dos títulos mais ofertados coincide com os identificados na base do PDA-MEC.

No recorte da região Norte, a PNP aponta 248 registros, referentes a 70 títulos de cursos distintos. Dentre eles, há 60 cursos de Bacharelado, 94 de Licenciatura e 94 de Tecnologia, com 17 cursos ofertados na modalidade EAD. Os títulos mais frequentes acompanham a tendência nacional, com destaque para as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática, Física, Pedagogia e Química, além dos cursos tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Agroecologia e Gestão Ambiental. Entre os Bacharelados, sobressaem as Engenharias Agrônoma e Civil.

Em relação à oferta de graduação no estado do Acre, observa-se uma pequena divergência entre as bases do PDA-MEC e da PNP. De acordo com o PDA-MEC, o IFAC possui 19 registros, correspondentes a 15 títulos de cursos distintos, sendo três de Bacharelado, cinco de Licenciatura e sete de Tecnologia. Já na PNP, constam 20 registros, organizados em 13 títulos de cursos distintos, com três Bacharelados, oito Licenciaturas e nove cursos Tecnológicos. A diferença refere-se a dois títulos incluídos no PDA-MEC – Pedagogia e Gestão do Agronegócio – que não haviam sido efetivamente ofertados pelo IFAC até a data da coleta dos dados, o que evidencia a existência de inconsistências pontuais nos cadastros brutos extraídos do SISTEC.

Concluída a análise da oferta de cursos na Rede Federal, a investigação volta-se para a estrutura funcional das instituições, com foco na composição e qualificação do corpo docente e técnico-administrativo. Para isso, foram utilizados os dados das bases PDA-MEC e Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

A tabela “2022 – Microdados Servidores” do PDA-MEC fornece um panorama detalhado sobre os servidores da Rede Federal, incluindo informações sobre a distribuição por região, unidade federativa, município, instituição, unidade de lotação (incluindo Reitorias), vínculo contratual, titulação e jornada de trabalho. Importa ressaltar que essa base não contempla dados da UTFPR. Segundo esse conjunto de dados, a Rede Federal conta com 81.812 servidores, sendo 46.246 docentes e 35.566 técnicos-administrativos.

Na PNP, os dados são obtidos por meio das tabelas “Técnico-Administrativo por Nível”, “Titulação Docente” e “Professores por Instituição”, todas pertencentes ao conjunto “Indicadores de Pessoal”. Assim como no PDA-MEC, não há registros da UTFPR nesta base. Ao cruzar as informações disponíveis, verifica-se que a Rede Federal possui, segundo a PNP, 82.950 servidores ativos, dos quais 47.595 são docentes e 35.355 técnicos-administrativos.

Apesar da pequena divergência nos números entre as duas bases, optou-se por utilizar os dados da PNP, em virtude de sua melhor organização, maior disponibilidade de filtros analíticos e do fato de os dados passarem por tratamento prévio, realizado por um colegiado composto por representantes do CONIF, CONDETUF e SETEC/MEC.

No que se refere ao corpo docente da Rede Federal, destaca-se que 91% dos professores possuem vínculo efetivo, sendo que 87% deles atuam em regime de dedicação exclusiva. Quanto à titulação, 38% possuem doutorado, 49% mestrado, 9% especialização e 4% possuem apenas graduação ou outras formações. Já entre os técnicos-administrativos, observa-se que 48% possuem especialização, 24% mestrado, 17% graduação, 8% educação básica e 3% doutorado. Tais dados evidenciam uma progressão constante no nível de escolaridade dos servidores da Rede Federal desde 2017, reforçando o compromisso institucional com a qualificação do quadro funcional.

Especificamente na região Norte, onde estão concentrados 11,2% dos servidores da Rede Federal (9.330 profissionais), há 4.177 técnicos-administrativos e 5.153 docentes. Em relação à titulação dos professores, 25% possuem doutorado, 54% mestrado, 18% especialização e 3% graduação. No quadro técnico-administrativo, 91% possuem Ensino Superior, sendo que 53% têm especialização, 19% mestrado e 2% doutorado. Esses dados revelam uma qualificação crescente dos profissionais da região, mesmo diante das adversidades logísticas e estruturais que marcam a Amazônia Legal.

No estado do Acre, segundo dados de 2022 da PNP, o Instituto Federal do Acre (IFAC) possui 775 servidores ativos. Desses, 383 são técnicos-administrativos, dos quais 239 estão lotados nos seis campi e 144 na Reitoria. Esses profissionais estão distribuídos em 35 cargos distintos, sendo os mais frequentes: Assistente em Administração (84), Técnico em Assuntos Educacionais (30), Pedagogo e Técnico em Tecnologia da Informação (ambos com 19 servidores). Em relação à escolaridade, 98% possuem nível superior, sendo que 67% têm especialização, 16% mestrado e 0,01% doutorado, indicador que reforça a tendência nacional de elevação da qualificação técnica dos servidores da Rede Federal.

Quanto ao corpo docente do IFAC, a PNP registra 392 professores, dos quais 92% possuem vínculo efetivo. Há ainda 30 docentes com vínculo temporário ou substituto. Quanto à jornada de trabalho, 88% estão em regime de dedicação exclusiva, 8% cumprem jornada de 40 horas semanais e 5% atuam em regime de 20 horas semanais.

A distribuição dos docentes por unidade revela uma maior concentração na capital: 147 professores atuam no Campus Rio Branco, enquanto 24 integram o Campus Avançado Baixada do Sol, totalizando 171 docentes na capital. Os demais estão distribuídos nos campi do interior: Cruzeiro do Sul (71), Sena Madureira (50), Tarauacá (43) e Xapuri (57), resultando em 221 docentes lotados no interior do estado.

No que se refere à titulação, apenas um docente (0,3%) não possui pós-graduação. O restante está assim distribuído: 21% com doutorado, 52% com mestrado e 27% com especialização. Esse quadro confere ao IFAC um Índice de

Titulação do Corpo Docente (ITCD) de 4,0, valor correspondente à média das instituições da região Norte, mas inferior à média nacional, que é de 4,3. Tal discrepância indica a necessidade de políticas institucionais mais robustas de fomento à qualificação docente, ainda que os avanços até aqui alcançados sejam notáveis.

Em síntese, os dados sobre a estrutura funcional da Rede Federal reafirmam o seu caráter robusto, diversificado e em permanente evolução, reflexo de sua formação histórica, da heterogeneidade de suas unidades e do compromisso institucional com a qualidade da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse contexto, preservar a memória da Rede Federal não é apenas reconhecer seu legado, mas também compreender o papel que a qualificação de seus servidores desempenha na consolidação de uma educação pública de excelência no Brasil.

Diante dos dados analisados, torna-se evidente que a institucionalidade da Rede Federal se expressa não apenas pela amplitude de sua oferta educacional e pela qualificação de seus profissionais, mas sobretudo pela diversidade e complexidade que a caracterizam enquanto política pública. As discrepâncias entre bases oficiais, como o PDA-MEC e a PNP, revelam não apenas fragilidades no registro e na transparência das informações, mas também a tentativa de capturar, de forma reducionista, uma realidade que é plural, dinâmica e historicamente construída. Assim, ao evidenciar essas inconsistências, o presente artigo contribui para desvelar como uma compreensão estática da Educação Profissional pode ocultar aspectos essenciais da identidade da Rede, marcada por processos formativos enraizados na memória institucional, nas singularidades regionais e na permanente (re)construção de seus sentidos. A Rede Federal, portanto, só pode ser compreendida em sua totalidade quando se reconhece sua materialidade objetiva e, ao mesmo tempo, o valor subjetivo de sua trajetória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que a pesquisa atingiu o objetivo proposto, ao caracterizar a Rede Federal por meio dos dados disponíveis nas plataformas oficiais, explorando sua estrutura operacional e a oferta de cursos, destacando sua relevância para a educação nacional e a complexidade que a constitui.

Ao enfatizar as características das instituições que compõem a Rede Federal nos estados da região Norte do Brasil, em especial no estado do Acre, lançou-se luz sobre informações que carecem de maior aprofundamento qualitativo e quantitativo, sobretudo diante da expansão e do impacto da Rede em diferentes contextos sociais, políticos, históricos e culturais.

Destaca-se a importância das plataformas oficiais que disponibilizam variáveis quantitativas, pois, além de fundamentais para este tipo de estudo, são responsáveis por garantir maior transparência às atividades da Rede Federal. No entanto, é necessário apontar a existência de divergências entre as bases de dados, o que pode confundir e dificultar determinadas análises. Nesse sentido, observa-se que parte da inconsistência pode estar relacionada à exclusão das escolas técnicas vinculadas às universidades, por não integrarem o CONIF.

O levantamento realizado permitiu identificar a configuração atual da estrutura operacional da Rede Federal, compreendendo como foi instituída, expandida ao longo dos anos e como se apresenta atualmente no território nacional, por meio de suas unidades de ensino. Verificou-se, ainda, a existência de um pensamento estático sobre o que é a Rede Federal, presente nas publicações e nos sites oficiais, o que contrasta com a dinamicidade da vida social em que a educação profissional se concretiza, especialmente diante da criação de novas estruturas, unidades e terminologias.

Além disso, foi possível observar as principais características da oferta de cursos técnicos e superiores, bem como aspectos do corpo funcional da Rede, incluindo Técnicos-Administrativos e Docentes. A inconsistência dos dados apresentados nas plataformas oficiais evidencia a dificuldade de construir análises baseadas em séries históricas, assim como de discutir memória e identidade, uma vez que esses dois últimos temas envolvem elementos subjetivos, o que torna o processo ainda mais complexo.

Por fim, compreende-se que as pesquisas sobre a Rede Federal devem ir além da identificação de sua estrutura: é preciso revelar o que se faz na Rede e quem a constitui. Essa compreensão só será possível mediante levantamentos qualitativos que permitam recompor os quadros sociais da memória e enfrentar as lacunas e divergências decorrentes dos dados quantitativos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, X. C.; SILVA, T. F. Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teóricos-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021). In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S.; FERREIRA, M. R. G. (Org.). **A Metodologia da Pesquisa em EPT**. Brasília: Grupo Nova Paideia, 2022, v. 1, p. 88-122.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; altera as Leis nos 11.195, de 2005, e 11.784, de 2008; revoga dispositivos das Leis nos 10.973, de 2004, e 11.540, de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 129, de 05 de maio de 2009**. Normatiza a atribuição de denominações às diversas estruturas educacionais que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 maio 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-129-2009_214306.html. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013.** Estabelece diretrizes para organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016.** Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 2016a. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2016b. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40391-portaria-2016-no-375-09052016-dou-10052016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 393, de 10 de maio de 2016.** Altera Portaria MEC no 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 maio 2016c. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=11/05/2016>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 400, de 10 de maio de 2016.** Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 maio 2016d. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=11/05/2016>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 1, de 03 de janeiro de 2018**. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 04 jan. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/01/2018&jornal=515&pagina=10>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021**. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 set. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15Wuk1j7Mc4rSh5YEB5yplwJ0Vk6w2K9V/view>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – CONIF. **110 anos**. Brasília: CONIF, 2018. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/publicacoes/livreto-comemorativo-110-anos-da-rede-federal>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COSTA, P. L. A. A educação do campo no contexto da implementação dos IFs no Estado do Rio de Janeiro. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018, v. 1, p. 151-204.

FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018, v. 1, p. 125-149.

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA – FECOP. **Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE**. Fortaleza: FECOP/SEPLAG, 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LARA, L. M.; PILATTI, L. A.; SANTOS, C. B.; PEDROSO, B. Das escolas de aprendizes artífices à Universidade Tecnológica Federal do Paraná: percursos da educação tecnológica no Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 49, p. 49-67, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14437>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MARINHO, L. A.; OLIVEIRA, P. M. Dez anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um balanço da efetivação histórica do seu projeto político educacional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 17, p. e9102, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9102>. Acesso em: 1 out. 2023.

NERY, P. H. F.; RIBEIRO, J. M. P. O Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, p. 188-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna. 2011. 120 p.

PACHECO, E. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015. 69 p.